



PARECER CONTROLE INTERNO

Em atendimento à determinação contida no §1º, do art.11, da RESOLUÇÃO Nº. 11.535/TCM, de 01 de Julho de 2014, este Controle Interno DECLARA, para todos os fins de direito junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, que analisou integralmente os autos do processo nº **043/2022**, referente ao Procedimento Licitatório **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2022**, que tem por objeto, **Registro de Preços da Administração Pública Municipal para a Aquisição de Peças para Máquinas Pesadas para atender a Prefeitura, Fundos Municipais e Secretarias do Municipais e Secretarias do Município de Senador José Porfírio**, com a contratada **CASTANHEIRA COMÉRCIO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E SERVIÇOS PARA VEÍCULOS LTDA**, no valor de R\$ 5.401.754,93 (Cinco Milhões, Quatrocentos e Um Mil, Setecentos e Cinquenta e Quatro Reais e Noventa e Três Centavos); **F. A. GALVÃO LTDA**, no valor de R\$ 4.936.000,00 (Quatro Milhões, Novecentos e Trinta e Seis Mil Reais); **E. A. COSTA DA MATA EIRELI**, no valor de R\$ 390.199,95 (Trezentos e Noventa Mil, Cento e Noventa e Nove Reais e Noventa e Cinco Centavos) com base nas regras insculpidas pela lei n.º 8.666/93 e demais instrumentos legais correlatos. E, declara, ainda, que o Processo Licitatório, o Contrato ou o Termo Aditivo, encontram-se:

revestindo de todas as formalidades legais, nas fases interno, habilitação, julgamento, publicidade;

revestindo parcialmente das formalidades legais, nas fases interna, habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade, embora apresente a(s) seguinte(s) ressalva-----

Com irregularidade(s) de natureza grave, não estando aptos a gerar despesas para a municipalidade, conforme a(s) impropriedade(s) ou ilegalidade(s) enumerada(s) a seguir-----



Estado do Pará
MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
C.N.P.J. 05.421.110/0001-40



Salvo melhor juízo, este Controle Interno entende que o Processo Licitatório e o Contrato/Termo Aditivo ou documento hábil substitutivo, supramencionados encontram-se em ordem, podendo a administração pública dar sequência a realização e execução das referidas despesas e, por fim, DECLARA estar ciente e que as informações aqui prestadas estarão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada local.

Senador José Porfírio/PA, 19 de julho de 2022.

VALMIRO MACHADO MOURA
Controlador Interno do Município
Decreto nº 003/2021-GAB/PMSJP